



Comunicado
14/12/2018

Reunião com a Ministra da Saúde

Ponto da situação do Processo Negocial

Caros (as) Associados (as)

Como é do vosso conhecimento, no passado dia 10, o Governo, na pessoa da Ministra da Saúde, recebeu a Frente Sindical, de que fazemos parte, para mais uma reunião sobre o processo negocial de revisão e regulamentação das carreiras dos TSDTs.

Parte positiva da reunião: tão-somente o facto de ser a própria Ministra a ter presidido à representação governamental, pois, no que diz respeito ao decorrer da reunião, o balanço é francamente negativo. Senão vejamos:

- Depois da publicação, em Agosto de 2017, dos dois diplomas de carreira, a negociação e conclusão das matérias em falta e a regulamentação é fundamental para aplicação da nova carreira, razão pela qual, há doze meses (24 de Novembro) foi assinado um protocolo negocial para conclusão deste processo negocial.
- A publicação dos Decretos Lei das duas carreiras foram fundamentais para que as mesmas fossem equiparadas ao nível 3 das carreiras da administração pública (Técnico Superior), e nelas constava, especificamente, um prazo de 90 dias para a negociação e regulamentação destas matérias.
- O Governo não cumpriu com este prazo, nem com o do protocolo negocial, assinado a 24/11/2017 e onde eram previstos, no máximo 60 dias, para a referida regulamentação.
- Desde o reinício deste processo, em 2016, que o Governo assumiu com os Sindicatos o compromisso de que as matérias de impacto salarial só poderiam acontecer a partir do início de 2018, apesar da excepcionalidade do nosso processo negocial e das reivindicações dos sindicatos.
- Desde 24 de Novembro de 2017, o Governo foi apresentando propostas sobre diversas matérias, que foram negociadas com os sindicatos, sem nunca existir acordo nas transições e grelha salarial apesar das propostas do Governo terem evoluído numa tentativa de aproximação às propostas dos Sindicatos.
- Contudo, não nos podemos iludir. Estas pequenas alterações resultaram do facto de termos realizado vários dias de greve desde 24 de Maio de 2018, e incidiram somente sobre os ressaltos salariais da categoria de base, nunca sendo estas alterações suficientes para qualquer possível acordo com o STSS, pois nunca incluíam TSDDT a transitar para as três categorias, nem ressaltos salariais iguais aos das outras carreiras.
- Na reunião do passado dia 10/12, a Ministra afirmou que nunca se tinham comprometido com uma revisão de carreira com impactos orçamentais. Esta afirmação não é verdadeira, nem é séria, porque a revisão desta carreira tinha de ter sempre impactos e que foram sempre assumidos pelos

Sede: Rua Dr. Campos Monteiro, 170
4465-049 S Mamede Infesta
Telf: 22 9069170 Fax: 22 9069179

Delegação: Rua Conde Redondo, 61 – 3º A
1150-102 Lisboa
Telf: 21 3192950 Fax: 21 3192959

Sindicatos e argumentado pelo Governo como impeditivos de irem mais longe nas suas propostas, os números desse impacto.

Dias antes da nossa reunião, a Ministra da Saúde afirmou publicamente que as propostas que iria apresentar aos Sindicatos, colocariam em igualdade de tratamento a nossa carreira com outras existentes no sector da Saúde. Tal não aconteceu. A Ministra da Saúde não cumpriu com o que afirmou, e apresentou uma proposta, que mantém as desigualdades, anunciando ser a última.

Esta proposta, (disponível no site no Sindicato, para conhecimento geral e comparação com as anteriormente apresentadas) não pode ter o acordo do STSS! Na verdade é inaceitável, e uma injustiça esta vontade permanente de não aplicar o princípio da igualdade, com outras carreiras semelhantes à nossa.

Ainda no decorrer da reunião, o STSS, perante esta atitude da Ministra da Saúde e do Governo, repudiou a proposta e a intenção unilateral de encerrar a negociação destas duas matérias, transições e grelha salarial, sem acordo dos Sindicatos, anunciado pela Ministra, porque mantém e agravam as desigualdades, face a outras carreiras de igual exigência habilitacional e profissional.

Em representação dos colegas tudo faremos para que este processo negocial não tenha como resultado final o apresentado pelo Governo, devendo ser imputada a responsabilidade do atraso da conclusão do mesmo exclusivamente ao Governo e às sucessivas alterações que ocorreram no Ministério desde Novembro de 2017, sendo, por isso, inaceitável, só pretenderem aplicar a tabela salarial a partir de Janeiro com faseamento durante o ano de 2019.

Não nos vamos calar nem baixaremos os braços! Vamos continuar a nossa acção em defesa dos TSDT, manifestando publicamente o nosso descontentamento, perante o comportamento inaceitável que o Governo está a ter nesta negociação. Iguamente iremos continuar a desenvolver acção política e sindical, sendo certo que, se a tal nos obrigarem, avançaremos para a via judicial, recorrendo aos tribunais, na defesa intransigente dos direitos dos TSDT, bastando para tal o Governo publicar a grelha salarial e as transições conforme nos foi apresentado nesta reunião.

Colegas, o Governo não tem o direito de, na revisão e regulamentação da nossa carreira, nos pretender aplicar, unilateralmente, uma grelha salarial, que, no mínimo, não tenha o mesmo desenvolvimento salarial de outras carreiras de nível 3 da administração pública, e especialmente no sector da Saúde.

O Governo tem de ser responsabilizado pela sua decisão, ao avançar para a publicação de um Decreto-Lei, que, no nosso entendimento, e com base nos pareceres jurídicos que temos e entregamos à Ministra da Saúde, que, viola direitos fundamentais e princípios previstos na Constituição da República Portuguesa.

NÃO ESPERAMOS 19 ANOS POR ISTO!

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

A DIRECÇÃO NACIONAL